

Procedimento com anúncio N.º 05/00002.73/2017

**Concessão de Exploração de Cafetaria, Tipo Snack-Bar, no
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E. – Unidade
de Santa Maria da Feira**

Serviço de Compras, Unidade de Santa Maria da Feira

ÍNDICE

Programa de Procedimento	3
ARTIGO 1º	3
ARTIGO 2º	3
ARTIGO 3º	3
ARTIGO 4º	3
ARTIGO 5º	6
ARTIGO 6º	6
ARTIGO 7º	7
ARTIGO 8º	7
ARTIGO 9º	7
ARTIGO 10º	8
ARTIGO 11º	8
ARTIGO 12º	9
ARTIGO 13º	9
ARTIGO 14º	9
ARTIGO 15º	10
ARTIGO 16º	10
ARTIGO 17º	11
ARTIGO 18º	11
ARTIGO 19º	11
ARTIGO 20º	11
Anexo I – Declaração pedida no artigo 9º, n.º 2, alínea a) do Programa de Procedimento	12
Anexo II – Declaração pedida no artigo 13º, n.º 1, alínea a) do Programa de Procedimento	15
Anexo III - Modelo de Guia de Depósito.....	17
Anexo IV - Modelo de Garantia Bancária	18
Anexo V - Modelo de Seguro-Caução à Primeira Solicitação.....	20
CADERNO DE ENCARGOS	21
PARTE I	21
ARTIGO 1º	21
ARTIGO 2º	21
ARTIGO 3º	21
ARTIGO 4º	22
ARTIGO 5º	22
ARTIGO 6º	22
ARTIGO 7º	22
ARTIGO 8º	24
ARTIGO 9º	24
ARTIGO 10º	25

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE CAFETARIA, TIPO SNACK-BAR, NO CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE O DOURO E VOUGA,
E.P.E. – UNIDADE DE SANTA MARIA DA FEIRA

ARTIGO 11º	25
ARTIGO 12º	25
ARTIGO 13º	25
ARTIGO 14º	26
ARTIGO 15º	26
ARTIGO 16º	26
ARTIGO 17º	26
ARTIGO 18º	27
ARTIGO 19º	27
ARTIGO 20º	27
ARTIGO 21º	27
PARTE II	28
ARTIGO 22º	28
ARTIGO 23º	28
ARTIGO 24º	29
ARTIGO 25º	29
ARTIGO 26º	30
ARTIGO 27º	30
ARTIGO 28º	30
ARTIGO 29º	30
Anexo I – LAYOUT	32

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ARTIGO 1º

Objeto

1. Concessão de Exploração de Espaço Comercial composto por 3 lojas, situadas na entrada principal do Hospital, no refeitório e na ala de admissão de doentes, destinadas a cafetarias, do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, sito na Rua Dr. Cândido de Pinho, 4520 – 211 Santa Maria da Feira, pelo período de 5 anos.
2. Conforme cláusulas integrantes do presente processo e rege-se pela legislação geral aplicável em tudo o que não se encontre especialmente previsto no presente Programa de Procedimento e no Caderno de Encargos, onde são indicados os termos e as condições que regem a concessão e que serão incluídos no contrato a celebrar.

ARTIGO 2º

Entidade Pública Contratante

1. A Entidade Pública Contratante é o **Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, E.P.E. (CHEDV)**, com sede na Rua Dr. Cândido de Pinho – 4520 - 211 Santa Maria da Feira, com os números de telefone: (00351) 256 379 700, Fax: (00351) 256 379 774 e correio eletrónico: concursos@chedv.min-saude.pt.
2. A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração (CA) do CHEDV em 23 de agosto de 2017, ao abrigo das suas competências próprias definidas no Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro.

ARTIGO 3º

Concorrentes

Podem apresentar Propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

ARTIGO 4º

Critério de Adjudicação

1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, de acordo com o seguinte modelo de avaliação:

a) **Compensação mensal** a pagar pelo concessionário à entidade adjudicante que não poderá ser inferior a 5.950€ (cinco mil novecentos e cinquenta euros) – **50%**;

b) **Mérito técnico da solução proposta** para remodelação das instalações da cafetaria - **50%**

A classificação final de cada proposta, de acordo com a metodologia adotada na análise de cada um dos fatores de apreciação, bem como dos coeficientes de ponderação dos mesmos, resultará do somatório das pontuações obtidas nesses fatores.

a) Avaliação do fator “compensação mensal” – 50%

Para avaliação do fator “compensação” será considerado o preço total referido na subalínea i) da alínea b) do nº2 do art.9º do presente programa de procedimento.

Para efeito de avaliação, as propostas serão classificadas de acordo com o seguinte:

Se o Valor mensal da compensação a pagar pelo concorrente é:

- Inferior (<) ao Valor mínimo (V_{\min}) solicitado:
A proposta do concorrente é eliminada;
- Situado entre o Valor mínimo (V_{\min}) inclusive e o Valor de referência (V_{\max}) inclusive:
A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$\frac{(V_{\text{proposto}} - V_{\min})}{(V_{\max} - V_{\min})} * Val_{\text{criterio3}}$$

- Superior (>) ao Valor referência (V_{\max}):
A pontuação é igual a Valorização do critério do Valor mensal - $Val_{\text{criterio3}}$.

Sendo que,

V_{\max} – Valor máximo da compensação a pagar ao CHEDV = 12.000,00€

V_{\min} – Valor mínimo da compensação a pagar ao CHEDV = 5.950,00€

$Val_{\text{criterio3}}$ – Valorização do critério do Valor mensal = 50,00%

V_{proposto} – Valor mensal sem IVA a pagar ao CHEDV para concessão do espaço proposto pelo concorrente

b) Avaliação do fator “Mérito Técnico da Solução Proposta” – 50%

Pretendendo-se com este fator a avaliação da adequabilidade da solução proposta para a remodelação das instalações da cafetaria tendo em conta o fim a que se destina.

A avaliação será efetuada tendo em consideração os seguintes subfatores:

- **b.1. Clareza na descrição da proposta, dimensionamento, adequabilidade e fundamentação do layout apresentado – 20%;**

Este subfator será pontuado da seguinte forma:

- “Excelente” – Para além de cumprir todos os requisitos especificados, apresenta características acrescidas e relevantes, sendo atribuída a pontuação de 20;
- “Bom” – A explicitação do subfactor apresenta um bom nível de detalhe e está adequada à dimensão da solução proposta, sendo atribuída a pontuação de 15;
- “Aceitável” – A explicitação do subfactor apresenta-se de forma sucinta, clara e adequada à dimensão da solução proposta, sendo atribuída a pontuação de 10;
- “Fraco” – A explicitação do subfactor apresenta características de baixo nível, sendo atribuída a pontuação de 5;
- “Muito fraco” – Não responde ao solicitado, sendo atribuída a pontuação de 0;

- **b.2. Metodologia proposta para a concretização da solução apresentada – 20%;**

- Planeamento e execução do projeto;
- Planeamento e execução dos trabalhos a realizar;
- Adequação dos meios e equipamentos propostos;
- Abordagem das soluções para a execução dos diversos trabalhos especiais;
- Medidas preconizadas para minimizar eventuais impactes no normal funcionamento do CHEDV;

Este subfator será pontuado da seguinte forma:

- “Excelente” – Para além de cumprir todos os requisitos especificados, apresenta características acrescidas e relevantes, sendo atribuída a pontuação de 20;
- “Bom” – A explicitação do subfactor apresenta um bom nível de detalhe e está adequada à dimensão da solução proposta, sendo atribuída a pontuação de 15;
- “Aceitável” – A explicitação do subfactor apresenta-se de forma sucinta, clara e adequada à dimensão da solução proposta, sendo atribuída a pontuação de 10;
- “Fraco” – A explicitação do subfactor apresenta características de baixo nível, sendo atribuída a pontuação de 5;
- “Muito fraco” – Não responde ao solicitado, sendo atribuída a pontuação de 0;

- **b.3. Qualidade dos materiais e equipamentos a instalar, sendo analisados os documentos de caracterização e especificações apresentados quanto ao consumo energético – 10%**

Estes subfatores serão pontuados da seguinte forma:

- “Excelente” – Para além de cumprir todos os requisitos especificados, apresenta o menor consumo energético do total dos equipamentos apresentados, sendo atribuída a pontuação de 10;

- “Bom” – Apresenta o 2º menor consumo energético do total dos equipamentos apresentados e está adequada à dimensão da solução proposta, sendo atribuída a pontuação de 8;
- “Aceitável” – Apresenta o 3º menor consumo energético do total dos equipamentos apresentados, sendo atribuída a pontuação de 4;
- “Fraco” – Apresenta o 4º menor consumo energético do total dos equipamentos apresentados,, sendo atribuída a pontuação de 2;
- “Muito fraco” – Não responde ao solicitado, apresentando o 5º e seguintes menor consumo energético do total dos equipamentos apresentados, sendo atribuída a pontuação de 0;

As pontuações ímpares classificarão as apreciações intermédias.

2. Em caso de igualdade de ordenação usar-se-á como critério de desempate o valor da compensação mensal, se ainda assim o empate persistir, será utilizado o valor obtido na valia técnica da proposta.

ARTIGO 5º

Disponibilização das peças de Procedimento

1. O processo encontra-se disponível para consulta no Serviço de Compras do CHEDV, na morada indicada no n.º 1 do Artigo 2º, das 9:00 horas às 13:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, bem como no *site* do Centro Hospitalar com o seguinte endereço eletrónico, www.chedv.min-saude.pt/, onde poderão ser extraídas as peças do procedimento.

ARTIGO 6º

Esclarecimentos e visita ao local

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelo *Interessado* por escrito ao Júri do procedimento, através de correio eletrónico concursos@chedv.min-saude.pt., no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. A falta de resposta até esta data poderá justificar o adiamento do prazo de entrega das propostas.
3. Dos esclarecimentos prestados, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados que precederam ao levantamento do processo de concurso.
4. **Caso seja necessário uma visita ao espaço a concessionar** para realização dos reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, poderá fazê-lo com prévia marcação, agendada através do email: **concursos@chedv.min-saude.pt**.

ARTIGO 7º**Apresentação e abertura de Propostas**

1. As propostas devem ser apresentadas até às **17h00m** do dia **18 de Setembro de 2017**.
2. A contagem do prazo fixado no número anterior não se suspende aos sábados, domingos e feriados.
3. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada em suporte de papel e entregue no Serviço de Compras, na morada indicada no n.º1 do artigo 2.º do presente programa, ou remetida através de correio registado com aviso de receção, tendo, neste caso, a receção que ocorrer dentro do prazo estabelecido, sendo o concorrente o único responsável por eventuais atrasos de expedição.
4. A abertura de propostas será realizada em sessão pública, pelas 9h00 do dia útil seguinte ao termo de apresentação, sendo da mesma lavrada ata e assinada por todos os interessados presentes.

ARTIGO 8º**Obras de Remodelação do Espaço**

1. A concessão do espaço cuja contratação decorrerá do presente procedimento, será obrigatoriamente precedida de remodelação das instalações das lojas destinadas a cafeteria a instalar na Unidade de Santa Maria da Feira.
2. A proposta do concessionário deverá contemplar obrigatoriamente a remodelação do mencionado espaço, devendo o projeto apresentado ser elaborado de acordo com layout constante de ANEXO I do caderno de encargos e com obediência às exigências fixadas nas peças do procedimento.
3. A proposta deve ainda incluir o fornecimento de equipamentos novos necessários ao funcionamento das instalações e execução dos serviços (equipamento mínimo a fornecer conforme consta das cláusulas técnicas especiais do Caderno de Encargos), não se admitindo a utilização de equipamentos usados.
4. O concorrente/adjudicatário é responsável pela execução de todos os trabalhos destinados à remodelação das cafetarias, obrigando-se ao cumprimento de todas as exigências legais para o efeito.
5. As benfeitorias realizadas e os equipamentos instalados pelo concorrente/adjudicatário ficam a pertencer ao CHEDV no final do contrato, sem que haja lugar a indemnização a qualquer título.

ARTIGO 9º**Documentos que Acompanham a Proposta**

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Sem prejuízo de outros elementos que possam ser exigidos nas Cláusulas Técnicas Especiais a proposta deverá **obrigatoriamente** ser composta pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente Programa de Procedimento, que deverá ser assinada pelo concorrente ou representante com poderes para o obrigar;
 - b) Documento que contenha:
 - i. Compensação a pagar mensalmente, considerando como valor mínimo admissível 5.950€ (cinco mil novecentos e cinquenta euros);
 - ii. Prazo de instalação / abertura, que será, no máximo, de 20 (vinte) dias de calendário após disponibilização das condições físicas necessárias pelo CHEDV;
 - c) Anteprojeto de remodelação das instalações das cafetarias (Desenhos, plantas ou imagens da decoração que pretendem implementar);
 - d) Declaração de compromisso de apresentação de candidatura destinada à obtenção de autorização para o exercício da atividade de mediador de jogos sociais do Estado (Jogos Santa Casa), para o estabelecimento a concessionar;
 - e) Listagem de produtos e respetivos preços a praticar pelo concessionário.
3. A proposta deve ainda obedecer ao seguinte:
- a) O preço não deve incluir o IVA e é indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo este em caso de dúvida ou divergência;
 - b) A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável;
 - c) Ser assinada pelo concorrente ou seus representantes;
 - d) Os documentos e a proposta propriamente dita são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

ARTIGO 10º

Propostas Variantes

1. Não é permitida a apresentação de propostas variantes, pelo que cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.
2. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações ao Caderno de Encargos do Concurso.

ARTIGO 11º

Análise das Propostas e relatório do júri

1. O Júri procede à análise das propostas e exclui as propostas que não cumprem as exigências fixadas nas peças do procedimento.

2. Após a análise das propostas, o Júri elabora fundamentadamente um relatório, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação definido no presente Programa de Procedimento, o qual será submetido a audiência prévia dos concorrentes.
3. Cumprido o disposto no número anterior, o processo é remetido ao órgão competente para a decisão de contratar, cabendo a este a decisão de contratar e decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

ARTIGO 12º

Negociação

Os concorrentes com propostas admitidas poderão ser chamados para negociação presencial anterior à adjudicação.

ARTIGO 13º

Documentos de Habilitação

1. O Adjudicatário deve enviar ao Serviço de Compras os seguintes documentos de habilitação, no prazo concedido para o efeito aquando da comunicação de adjudicação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente Programa de Procedimento e do qual faz parte integrante;
 - b) Documentos comprovativos da implementação do HACCP (Manual da Qualidade da empresa, fichas técnicas e outros), de acordo com a legislação em vigor, o *Codex Alimentarius* e NP EN ISO 22000:2005 – Sistema de Gestão de Segurança Alimentar.
 - c) Documentos comprovativos ou disponibilização de acesso para a sua consulta online de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos de todos os titulares de órgãos sociais da Administração, Direção ou Gerência que se encontrem em efetividade de funções e da empresa;
 - iv. Certidão Permanente da empresa ou o respetivo código de acesso à mesma.

ARTIGO 14º

Função e Valor da Caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, será exigido ao adjudicatário o pagamento de 3 (três) rendas adiantadas referentes ao contrato a celebrar.

2. O Adjudicatário deve, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da receção da notificação da adjudicação, a que se refere o n.º 4 do artigo 21º, comprovar que prestou a caução.
3. A Entidade Adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais, pelo Adjudicatário.

ARTIGO 15º

Liberação de Caução Prestada para Garantir Obrigações

No prazo de 30 dias contados a partir do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do Adjudicatário, a Entidade Adjudicante promove a liberação da caução a que se refere o artigo anterior.

ARTIGO 16º

Modos de Prestação

1. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.
2. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada no Programa de Procedimento, devendo ser especificado o fim a que se destina.
3. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
4. O Programa de Procedimento contém os modelos referentes à caução que venha a ser prestada por garantia bancária, por seguro-caução ou por depósito em dinheiro ou títulos.
5. Se a caução for prestada mediante garantia bancária, deve ser apresentado um documento pelo qual o estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
6. Tratando-se de seguro-caução, o Programa de Procedimento pode exigir a apresentação da apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.
7. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
8. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.
9. As cauções podem ser prestadas por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme escolha

do adjudicatário e de acordo com um dos modelos constantes dos Anexos IV a VI ao presente Programa de Procedimento e que dele fazem parte integrante.

ARTIGO 17º

Aceitação da minuta do contrato

A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

ARTIGO 18º

Outorga do Contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com antecedência mínima de cinco dias, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

ARTIGO 19º

Limitações

Os concorrentes, incluindo as entidades integradas num agrupamento, deverão assegurar a manutenção do sigilo em relação a todos os documentos e factos que tomem conhecimento no âmbito e relacionados com a prestação de serviços.

ARTIGO 20º

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se o previsto no Código dos Contratos Públicos.

Anexo I – Declaração pedida no artigo 9º, n.º 2, alínea a) do Programa de Procedimento

Modelo de declaração

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos

e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. ... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE CAFETARIA, TIPO SNACK-BAR, NO CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE O DOURO E VOUGA, E.P.E. – UNIDADE DE SANTA MARIA DA FEIRA

- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II – Declaração pedida no artigo 13º, n.º 1, alínea a) do Programa de Procedimento

Modelo de declaração

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória; (6);

d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e f) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. ... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE CAFETARIA, TIPO SNACK-BAR, NO CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE O DOURO E VOUGA,
E.P.E. – UNIDADE DE SANTA MARIA DA FEIRA

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo III - Modelo de Guia de Depósito

Euros: ...€...

[...] (identificação completa) vai depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da ... (instituição bancária) a quantia de ... (por extenso) (em dinheiro ou em títulos) ..., como caução exigida para o objeto do procedimento com anúncio de Exploração de Espaço Comercial composto por 3 lojas, situadas na entrada principal do Hospital, no refeitório e na ala de admissão de doentes, destinadas a cafetarias, do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga. Este depósito, sem reservas, fica à ordem do CHEDV, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data.

Assinaturas.

Anexo IV - Modelo de Garantia Bancária

Com referência ao disposto no artigo 16.º do Programa de procedimento de Exploração de Espaço Comercial composto por 3 lojas, situadas na entrada principal do Hospital, no refeitório e na ala de admissão de doentes, destinadas a cafetarias, do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga,, nós, Banco _____, por ordem de _____ (adiante designado por "adjudicatário") e por este meio nos obrigamos, incondicional e irrevogavelmente, a pagar ao CHEDV (adiante designada por "entidade adjudicante") qualquer quantia até ao limite máximo de EUR (.....), correspondente a 3 rendas, no valor de €, à primeira solicitação que a Entidade Adjudicante nos façam, por escrito, com expressa renúncia ao benefício de excussão prévia e à oponibilidade de qualquer exceção, e não obstante qualquer objeção eventualmente aduzida pelo adjudicatário.

Quaisquer solicitações de pagamento deverão ser apresentadas na nossa sede (ou nesta agência), obrigando-se este Banco a pagar a quantia solicitada no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas até ao efetivo pagamento, sem prejuízo da execução imediata da dívida.

As solicitações de pagamento deverão ser acompanhadas da apresentação de cópia certificada deste título de garantia, devendo o original ser entregue ao Banco contra o pagamento da totalidade do valor da presente garantia. Caso o valor máximo desta garantia não for esgotado pelo pagamento solicitado e efetuado à Entidade Adjudicante, o original deste título de garantia será devolvido à Entidade Adjudicante.

Fica entendido e aceite que quaisquer modificações que possam ser feitas ao Contrato realizadas ao abrigo do mesmo ou quaisquer prorrogações do prazo convencionado para a sua execução, não nos libertarão, de qualquer modo, da nossa responsabilidade ao abrigo da presente garantia.

Esta garantia entra em vigor nesta data.

A presente garantia permanecerá válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela Entidade Adjudicante, não podendo ser anulada ou alterada sem o prévio consentimento, por escrito, da Entidade Adjudicante e independentemente da liquidação de quaisquer pagamentos pelo adjudicatário que sejam devidos.

Local e Data

O BANCO,

Assinatura

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE CAFETARIA, TIPO SNACK-BAR, NO CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE O DOURO E VOUGA,
E.P.E. – UNIDADE DE SANTA MARIA DA FEIRA

(com Sede em)

ou

(Agência de)

OBS: Qualquer rasura deve ser ressalvada e as assinaturas dos representantes do Banco, devem ser reconhecidas notarialmente na qualidade em exercício.

Anexo V - Modelo de Seguro-Caução à Primeira Solicitação

Com referência ao disposto no artigo 16.º do Programa de Procedimento de Exploração de Espaço Comercial composto por 3 lojas, situadas na entrada principal do Hospital, no refeitório e na ala de admissão de doentes, destinadas a cafetarias, do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga nós, Companhia de Seguros _____, por ordem de _____ (adiante designado por "adjudicatário") e por este meio nos obrigamos, incondicional e irrevogavelmente, a pagar ao CHEDV (adiante designado por "Entidade Adjudicante") qualquer quantia até ao limite máximo de EUR (.....), correspondente a 3 rendas no valor de €, à primeira solicitação que a Entidade Adjudicante nos façam, por escrito, com expressa renúncia ao benefício de excussão prévia e à oponibilidade de qualquer exceção, e não obstante qualquer objeção eventualmente aduzida pelo adjudicatário.

Quaisquer solicitações de pagamento deverão ser apresentadas na nossa sede (ou nesta agência), obrigando-se esta Companhia de Seguros a pagar a quantia solicitada no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios legais à taxa mais elevada praticada até ao efetivo pagamento, sem prejuízo da execução imediata da dívida.

As solicitações de pagamento deverão ser acompanhadas da apresentação de cópia certificada deste título de seguro caução, devendo o original ser entregue ao Banco contra o pagamento da totalidade do valor do presente seguro caução. Caso o valor máximo deste seguro caução não for esgotado pelo pagamento solicitado e efetuado à Entidade Adjudicante, o original deste título de garantia será devolvido à Entidade Adjudicante.

Fica entendido e aceite que quaisquer modificações que possam ser feitas ao Contrato realizadas ao abrigo do mesmo ou quaisquer prorrogações do prazo convencionado para a sua execução, não nos libertarão, de qualquer modo, da nossa responsabilidade ao abrigo do presente seguro caução.

Este seguro caução entra em vigor nesta data.

O presente seguro caução permanecerá válido até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela Entidade Adjudicante, não podendo ser anulado ou alterado sem o prévio consentimento, por escrito, da Entidade Adjudicante e independentemente da liquidação de quaisquer pagamentos pelo adjudicatário, nomeadamente prémios, que sejam devidos.

Local e Data

Assinatura

OBS: Qualquer rasura deve ser ressalvada e as assinaturas dos representantes da Companhia de Seguros, devem ser reconhecidas notarialmente na qualidade em exercício.

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

ARTIGO 1º

Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

1. **CHEDV** – Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, E.P.E
2. **CA** – Conselho de Administração
3. **Caderno de Encargos** – O Caderno de Encargos do Procedimento
4. **CCP** – Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 149/2012, de 12 de julho;
5. **Contrato** – Contrato a celebrar na sequência da adjudicação e efetuar no âmbito do Procedimento;
6. **Órgão competente para a decisão de contratar** – CA do CHEDV
7. **Entidade Adjudicante** – CHEDV
8. **Procedimento** – N.º 05/00002.73/2017;
9. **Proposta** – A proposta apresentada ao Procedimento pelo adjudicatário;
10. **Serviços Objeto do Contrato** – todos os serviços referidos na cláusula seguinte, a fornecer pelo adjudicatário nos termos do presente Caderno de Encargos.
11. **Adjudicatário** – entidade a quem se adjudica a execução do contrato.

ARTIGO 2º

Objeto

1. Concessão de Exploração de Espaço Comercial composto por 3 lojas, situadas na entrada principal do Hospital, no refeitório e na ala de admissão de doentes, destinadas a cafetarias, do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, sito na Rua Dr. Cândido de Pinho, 4520 – 211 Santa Maria da Feira, pelo período de 5 anos.
2. Conforme cláusulas integrantes do presente processo e rege-se pela legislação geral aplicável em tudo o que não se encontre especialmente previsto no presente Programa de Procedimento e no Caderno de Encargos, onde são indicados os termos e as condições que regem a concessão e que serão incluídos no contrato a celebrar.

ARTIGO 3º

Prazo de Vigência do contrato

O contrato entra em vigor no dia 1 do mês seguinte ao da assinatura e terá a duração de 5 anos.

ARTIGO 4º**Condições de Pagamento**

1. A quantia a pagar pelo adjudicatário será paga em prestações mensais, até ao dia 8 de cada mês na Tesouraria do CHEDV, atualizável anualmente de acordo com o coeficiente de atualização das rendas comerciais, publicado em Diário da República através de Portaria.
2. Até ao 8.º dia do mês seguinte ao da assinatura do contrato, deverá o adjudicatário proceder ao pagamento das duas primeiras prestações mensais a favor do CHEDV, liquidando em cada mês o valor respeitante ao mês seguinte nos termos do disposto no n.º 1 do presente.

ARTIGO 5º**Sigilo**

1. O concessionário deve guardar sigilo sobre toda a informação, documentação técnica, não técnica, comercial ou outra, relativa ao CHEDV, de que possa ter conhecimento ao abrigo da execução do contrato.
2. A informação e documentação não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à concessão do espaço.

ARTIGO 6º**Obrigações da entidade adjudicante**

1. O CHEDV deve disponibilizar os espaços confinados à exploração, que constituem os locais de execução do contrato.
2. Garantir a cedência dos espaços, água e eletricidade necessárias ao funcionamento dos equipamentos necessários.
3. O CHEDV deve ainda disponibilizar ao concessionário planos, plantas ou outros elementos que se revelem necessários ou úteis ao exercício de direitos ou funções atribuídas pelo contrato ao concedente.

ARTIGO 7º**Obrigações do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem ainda para o concessionário as seguintes obrigações:
 - a) Efetuar o pagamento mensal ao CHEDV, EPE do valor acordado, nos termos da sua proposta;
 - b) Informar o concedente de qualquer circunstância que possa condicionar o normal desenvolvimento das atividades concedidas;
 - c) Obter todas as licenças necessárias e autorizações necessárias para o exercício da atividade do objeto do contrato;

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE CAFETARIA, TIPO SNACK-BAR, NO CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE O DOURO E VOUGA, E.P.E. – UNIDADE DE SANTA MARIA DA FEIRA

- d)** Desenvolver todas as diligências junto do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para obtenção de autorização para o exercício da atividade de mediador de jogos sociais, tendo em vista a sua disponibilização no estabelecimento;
- e)** A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução da concessão, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à completa execução das tarefas a seu cargo;
- f)** Assegurar a limpeza das instalações e tratamento adequado dos resíduos;
- g)** Submeter a autorização prévia do Conselho de Administração do CHEDV, EPE a tabela de preços e qualquer variação da tabela de preços acordada;
- h)** Procurar comercializar produtos que contribuam para uma alimentação saudável (com baixos índices de açúcar e baixo teor de lípidos).
- i)** Garantir o cumprimento das boas práticas de higiene e segurança alimentar, em todas as fases de manipulação e armazenamento dos alimentos, incluindo o autocontrolo baseados nos princípios de HACCP e na legislação em vigor, nomeadamente o Regulamento (CE) nº 852/2004 e o Decreto-Lei n.º 113/2006 de 12 de junho, e eventuais alterações.
- j)** Ser sujeito a auditorias, efetuadas sob a responsabilidade da entidade contratante, com o objetivo de verificar o cumprimento do sistema de HACCP.
- k)** Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as despesas com contribuições, taxas, impostos, licenças, segurança social, seguros e quaisquer multas que surjam durante o período de exploração, bem como quaisquer outras despesas originárias ou inerentes à utilização das lojas e às atividades nelas exercidas.
- l)** Responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que advenham para o CHEDV do funcionamento ilegal das referidas lojas.
- m)** Enviar ao Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, E.P.E, com antecedência mínima de 8 dias face ao início da atividade, a seguinte documentação devidamente atualizada:
 - i.** Lista de todos colaboradores que estarão presentes nas instalações para executar os trabalhos;
 - ii.** Lista de trabalhos/atividades a executar;
 - iii.** Lista de máquinas, equipamentos, ferramentas e produtos químicos que irão introduzir nas instalações do CHEDV, EPE;
 - iv.** Fichas de aptidão médica de cada colaborador;
 - v.** Apólice de seguro de acidentes de trabalho;
 - vi.** Apólice do seguro de responsabilidade civil;
 - vii.** Identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhos a desenvolver no CHEDV, incluindo atividades de rotina e atividades esporádicas;
 - viii.** Medidas de prevenção e de proteção (equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva (EPC) a utilizar, fichas de dados de segurança dos produtos químicos, declaração de conformidade das máquinas, manual de instruções das máquinas, registos de manutenção/reparação das máquinas e equipamentos e outros requisitos legais aplicáveis);

- ix. Ficha de procedimentos de segurança para trabalhos com riscos especiais ou riscos não aceitáveis, mediante respetivamente o art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro e os resultados da avaliação de riscos.
- n) Enviar, trimestralmente ao CHEDV a seguinte documentação:
 - i. Quadro de registo de acidentes de trabalho e índices de sinistralidade;
 - ii. Registos de não conformidades e ações corretivas / preventivas;
 - iii. Registos de ações formação e sensibilização aos trabalhadores;
 - iv. Registo de reparações/manutenções periódicas dos equipamentos e máquinas.
- o) Assegurar que todos os seus colaboradores cumpram os procedimentos de segurança instituídos no CHEDV, designadamente, primeiros socorros, combate a incêndios e de evacuação; identificação de perigos e avaliação dos riscos, circuito de participação de ocorrências.

ARTIGO 8º

Cessão da Posição Contratual

1. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato sem autorização da Entidade Adjudicante e vice-versa.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao Adjudicatário no presente Concurso;
 - b) A Entidade Adjudicante apreciar, designadamente, se o Cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

ARTIGO 9º

Penalidades

1. A falta de pagamento da compensação mensal no prazo fixado implica uma penalidade correspondente a 50% do seu valor.
2. Pelo incumprimento de outras obrigações emergentes do contrato, o CHEDV pode exigir do concessionário o pagamento de uma pena pecuniária de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Por cada dia em que for excedido o prazo de abertura, o prestador ficará sujeito ao pagamento de pena pecuniária correspondente a 5% sobre o valor da compensação mensal;
 - b) Por cada dia em que for excedido pelo concessionário, o prazo fixado para implementação de qualquer medida ou de correção de procedimentos irregulares constatados pelo CHEDV, EPE, o prestador ficará sujeito ao pagamento de pena pecuniária correspondente a 5% sobre o valor da compensação mensal.
 - c) Os pagamentos previstos nas alíneas anteriores poderão ser satisfeitos por levantamento parcial da caução, se a ela houver lugar, ou mediante faturação dos valores em causa pelo CHEDV, EPE ao concessionário.

ARTIGO 10º**Casos Fortuitos ou de Força Maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no Contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

ARTIGO 11º**Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do Contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

ARTIGO 12º**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e eventuais anexos.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato a celebrar, independentemente da sua redução a escrito:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de discrepância entre os vários elementos que compõem o contrato, prevalece a ordem por que vêm enunciados no número anterior.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2. e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma.

ARTIGO 13º**Forma da Prestação de Serviços**

1. Para acompanhamento da execução do contrato e se o CHEDV assim o entender, o concessionário fica obrigado a manter, com a periodicidade que vier a ser definida, reuniões de coordenação com os representantes do CHEDV, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes.

2. O concessionário fica também obrigado a apresentar aos representantes do CHEDV, informação ou relatórios específicos sobre aspetos relacionados com a execução do contrato, desde que solicitados por escrito pelo concedente.

ARTIGO 14º

Prazos da Prestação de Serviços

1. O concessionário obriga-se a concluir e executar a concessão com respeito por todos os termos e condições das cláusulas técnicas do presente caderno de encargos e no estrito cumprimento dos prazos fixados nos documentos do concurso e na proposta.
2. Os prazos fixados poderão ser prorrogados a requerimento do concessionário, desde que por motivos devidamente fundamentados e aceites pelo CHEDV.

ARTIGO 15º

Resolução do Contrato por Parte do CHEDV

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o CHEDV pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de se verificar falta de pagamento de duas prestações.
2. Constituem ainda causas rescisórias, designadamente:
 - a) A utilização abusiva ou acentuada deterioração das instalações, equipamento e material;
 - b) A prática de atos com dolo ou negligência que prejudiquem ou afetem a qualidade dos géneros ou o normal funcionamento das máquinas;
 - c) A oposição às visitas ou operações de verificação e controlo;
 - d) A falta de cumprimento em devido tempo, das suas obrigações contratuais;
 - e) A verificação do não registo de caixa de todas as vendas efetuadas.
3. O CHEDV pode ainda resolver o contrato no caso do prestador violar de forma grave e reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

ARTIGO 16º

Resolução do Contrato por Parte do Concessionário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o concessionário pode resolver o contrato, quando por facto imputável ao CHEDV lhe seja vedada a possibilidade de executar o objeto contratual.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada pelo concessionário ao CHEDV e produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o CHEDV regularizar a situação que impedia a execução do contrato.

ARTIGO 17º

Execução da Caução

1. A caução prestada para exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa de procedimento, pode ser executada pelo CHEDV, sem necessidade de prévia decisão judicial, para satisfação de quaisquer créditos resultante da mora, cumprimentos defeituoso, incumprimento definitivo pelo concessionário das

obrigações contratuais, incluindo para pagamento de penalidades, ou quaisquer outros efeitos previstos especificadamente no contrato ou na lei.

2. A resolução do contrato pelo CHEDV não impede a execução da caução, desde que para tal haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução constitui o concessionário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa execução, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação pelo CHEDV, para o efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 25º do programa do concurso.

ARTIGO 18º

Despesas

1. Todas as despesas derivadas da prestação das cauções e também as inerentes à celebração do Contrato são da responsabilidade do Adjudicatário.
2. São também encargos do Adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da Proposta.

ARTIGO 19º

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

ARTIGO 20º

Foro Competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Judicial da Comarca de Santa Maria da Feira.

ARTIGO 21º

Direito aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do CCP.

PARTE II**CLÁUSULAS TÉCNICAS ESPECIAIS****ARTIGO 22º****Encargos do Concessionário**

1. São da responsabilidade do concessionário os encargos com:
 - a) Pessoal;
 - b) Seguros, nomeadamente de acidentes de trabalho e responsabilidade civil;
 - c) Outras despesas inerentes à concessão objeto de concurso, nomeadamente com:
 - i. Aquisição, instalação e manutenção do equipamento;
 - ii. Limpeza global das instalações, nomeadamente dos exaustores, janelas, vidros, azulejos, paredes, tetos, entre outros;
 - iii. Todas as matérias-primas e bens não alimentares, destinadas à higiene do pessoal nomeadamente sabonete líquido, desinfetante, toalhetes de papel (para as mãos), luvas e máscaras descartáveis;
 - iv. As comunicações de voz e dados;
 - v. Tratamento de resíduos.
 - d) O fornecimento de gás, eletricidade e água é da responsabilidade do CHEDV, EPE, sendo mensalmente faturados ao concessionário mediante contagem dedicada e a preços de mercado;
2. O concessionário assume todos os riscos inerentes à detenção e utilização das instalações objeto deste contrato, assim como de todos os riscos que nelas tenham comprovadamente origem.

ARTIGO 23º**Lista de Equipamento mínimo**

1. O concessionário fica obrigado, no mínimo, a colocar o seguinte equipamento novo nas lojas destinadas a cafeteria:
 - Mesas/cadeiras - 20;
 - Fogão/Placas a gás natural - 2;
 - Grelhador eléctrico a vitrocerâmica - 2;
 - Fritadeira - 2;
 - Torradeiras com resistência sílica- 2;
 - Máquinas de café com caldeira de 6 litros- 3;
 - Moinhos de café - 3;
 - Máquinas sumo de laranja automáticas - 2;
 - Máquinas de lavar louça (com caldeira incorporada na cuba) – 2;
 - Exaustores e filtros - 2
 - Máquinas de gelo – 2
 - Máquina cortadora de fiambre – 2
 - Lava loiças - 2
 - Balcões - 2
 - Vitrines - 2 (uma das quais com sistema de refrigeração).

2. Compete ao concessionário efetuar a adaptação e o apetrechamento do espaço cedido à atividade a explorar, suportando todas as despesas daí decorrentes.

ARTIGO 24º

Pessoal

1. O concessionário terá de contratar ou fazer destacar dos seus quadros, pessoal para todos os postos necessários ao funcionamento da cafeteria, **sem prejuízo do atual quadro de pessoal afeto ao estabelecimento e que conta com 9 trabalhadores.**
2. O concessionário fica responsável pelo cumprimento de todas as obrigações relativas à prestação e às condições de trabalho do seu pessoal nos termos da legislação aplicável, bem como pela disciplina e aptidão profissional do mesmo e pela reparação de prejuízos por ele causados nas instalações, equipamentos, material e a terceiros.
3. O pessoal deverá observar as regras de higiene individual próprias dos manipuladores de alimentos, no decorrer de todas as operações inerentes à sua atividade.
4. É obrigatório o uso de fardamento com prévia aprovação pelo CHEDV, EPE.
5. O atendimento será feito com a observância de regras da maior educação, respeito e deferência.
6. O concessionário deverá manter o pessoal seguro contra acidentes de trabalho e de responsabilidade civil, sendo responsável pelo pagamento dos respetivos prémios.
7. O concessionário obriga-se, no que respeita ao seu pessoal, a cumprir e disponibilizar:
 - a) Listagem de pessoal destacado para os serviços concessionados, incluindo:
 - i. Pessoal de enquadramento e supervisão operacional que acompanhe diariamente os trabalhos e respetivos substitutos/as nas suas faltas e impedimentos;
 - ii. Pessoal executante dos serviços;
 - iii. Rigoroso cumprimento das boas práticas de trabalho e normas e requisitos legais inerentes à segurança, higiene e saúde no trabalho, nomeadamente utilização de equipamento de proteção individual.

ARTIGO 25º

Interdições

1. Não é permitida a comercialização de tabaco, nos termos da Lei nº37/2007, de 14 de Agosto – Lei do Tabaco.
2. Não é permitida a comercialização de qualquer tipo de bebida alcoólica.
3. O CHEDV reserva-se o direito de não autorizar a exposição e venda de artigos que atentem à moral e bons costumes.
4. O concessionário fica impedido de utilizar o espaço cedido para outro fim que não o previsto no objeto do procedimento e do contrato.

ARTIGO 26º**Preços**

1. O concessionário afixará a tabela de preços praticados na cafetaria em local visível, de fácil consulta pelos clientes.
2. As alterações dos preços praticados e a inclusão de novos produtos durante a vigência do contrato, carecem de autorização do CHEDV, EPE;
3. A não observância destes requisitos implica a aplicação das penalidades.

ARTIGO 27º**Horário de Funcionamento da Cafetaria**

1. O horário de funcionamento das cafetarias, afixado pelo concessionário em local bem visível e de fácil consulta, é o seguinte:
 - a) Loja do átrio da entrada principal: Dias úteis e sábados 7h30 – 21h00.
Domingos e feriados 8h00 – 21h00.
 - b) Loja do refeitório: Dias úteis das 9h00 às 10h30 e das 12h30 às 15h00.
 - c) Loja da ala de admissão de doentes: Dias úteis 8h00 – 17h30.

ARTIGO 28º**Tratamento de Resíduos**

1. Devem ser mantidos em local recatado, abrigado e facilmente higienizado.
2. Devem ser corretamente acondicionados em contentores, e os mesmos mantidos em bom estado de conservação, funcionamento e devidamente higienizados.
3. As recolhas devem ser diárias ou, pelo menos, com uma periodicidade suficiente para evitar a acumulação de resíduos.

ARTIGO 29º**Verificação e Fiscalização**

1. A atividade de verificação da presente “prestação de serviço” será avaliada, quantitativamente e qualitativamente, por representante nomeado pelo CHEDV, EPE, não podendo o adjudicatário recusar ou obstruir esta verificação.
2. As operações de verificação, exercidas pelo representante do CHEDV, EPE ou, caso se justifique, pelos organismos oficiais ou privados competentes, têm por objetivo comprovar:
 - a) A higiene e limpeza de todas as instalações e equipamentos utilizados pelo concessionário devendo este acatar as instruções do hospital relativamente a produtos e métodos;
 - b) A higiene e asseio dos funcionários do concessionário;
 - c) A existência e a eficácia de processos de controlo de vetores (baratas, formigas, ratos, etc.).
 - d) A conformidade da qualidade dos produtos comercializados;
 - e) A conformidade dos prazos de validade dos produtos comercializados;

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE CAFETARIA, TIPO SNACK-BAR, NO CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE O DOURO E VOUGA,
E.P.E. – UNIDADE DE SANTA MARIA DA FEIRA

- f)** A conformidade da quantidade dos géneros incorporados em alguns produtos (sandes por exemplo);
 - g)** A implementação de medidas corretivas às não conformidades, sob pena de acionar o Artigo 9º - Penalidades Contratuais.
- 3.** Todos os encargos com substituição, devolução ou destruição dos géneros, que após verificação devam ser rejeitados, serão suportados exclusivamente pelo concessionário.

Anexo I – LAYOUT

Anexo a que se refere o artigo 8º, n.º 2 do Programa de Procedimento